

RECURSO ESPECIAL Nº 1.490.668 - SP (2014/0268615-6)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
RECORRENTE : **SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA**
ADVOGADO : **CELSO DE FARIA MONTEIRO E OUTRO(S) - SP138436**
ADVOGADOS : **ANA PAULA ALMEIDA NAYA DE PAULA - DF022915**
: **CAMILLE GOEBEL ARAKI - SP275371**
RECORRIDO : **SOLANGE MONTEIRO VASCONCELOS**
ADVOGADO : **EDYNALDO ALVES DOS SANTOS JÚNIOR - SP274596**

EMENTA

SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO OCORRIDO NA VIGÊNCIA DA LEI 6.194/1974. BENEFICIÁRIOS. ORDEM DE PREFERÊNCIA. INTELIGÊNCIA DO ART. 4º DA LEI N. 6.194/1974. LEGITIMIDADE DA MÃE DO *DE CUJUS* ANTE A INÉRCIA DA COMPANHEIRA. NECESSIDADE DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. FALTA DE IMPUGNAÇÃO AOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 283/STF. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Na vigência da Lei 6.194/1974 (artigo 4), aplicável à época do sinistro, a companheira da vítima fatal de acidente automobilístico, sendo incontroversa a união estável, tem direito à indenização do seguro DPVAT, e, na sua falta, os demais herdeiros legais.

2. O Tribunal *a quo* registra a legitimidade da mãe do de cujus para pleitear a indenização do seguro DPVAT, dada a renúncia da companheira. A reforma do acórdão recorrido, neste aspecto, demanda inegável necessidade de reexame do acervo fático-probatório dos autos, intento inviável de ser alancado em sede de recurso especial, ante o óbice da Súmula 7 desta Corte.

3. À falta de contrariedade, permanecem incólumes os motivos expendidos pelo acórdão recorrido, suficientes, por si sós, à manutenção do julgado. Súmula 283/STF.

4. Recurso especial não provido.

DECISÃO

1. Cuida-se de recurso especial interposto por SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA, com fulcro no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, integrado pelo proferido em sede de embargos de declaração, assim ementado:

Seguro obrigatório. DPVAT. Irrelevância de que não tenha havido o pagamento do prêmio e mesmo de que o sinistro seja anterior à vigência da Lei 8.441. Súmula n. 257 do STJ. Constitucionalidade do art. 7º da Lei 6.194/74. Inocorrência de infração aos princípios que disciplinam a ordem econômica. Fixação da indenização com base salários-mínimos. Validade, uma vez que se prestam estes apenas para dimensionar o valor da obrigação e não como indexador. Correção monetária que se conta da data do sinistro, se ela tem apenas a função de recuperação do poder de compra da moeda, sem importar acréscimo de obrigação. Procedência. Apelação denegada.

Nas razões do especial, a seguradora aponta violação do art. 4º da Lei 6.194/74 e arts. 6º e 535, I e II, do Código de Processo Civil/73, bem como dissídio jurisprudencial.

Aduz a negativa de prestação jurisdicional acerca da matéria relativa aos demais artigos tidos por violados.

Sustenta que a mãe da vítima fatal do acidente de trânsito não detém legitimidade para cobrança da indenização securitária obrigatória. Ocorre que à época do óbito, seu filho tinha uma companheira com quem vivia maritalmente, sendo desta, exclusivamente, o direito à indenização relativa ao seguro.

O prazo para oferecimento de contrarrazões decorreu *in albis* (fl. 245).

Crivo positivo de admissibilidade na origem (fls. 246/248).

Decido.

2. A irrisignação não merece ser acolhida.

Observa-se que não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação do artigo 535 do Código de Processo Civil de 1973. Isso porque, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente.

3. Outrossim, quanto à legitimidade ativa *ad causam* da mãe de vítima fatal de acidente automobilístico, para pleitear a indenização relativa ao seguro DPVAT, o Tribunal de origem registra que há presunção de renúncia por parte da companheira do *de cujus* de acidente automobilístico para pleitear a indenização relativa ao seguro DPVAT.

Deste modo, a mãe da vítima estaria autorizada a ingressar em juízo pleiteando a paga, sendo que a questão da legitimidade deve ser resolvida posteriormente, em incidente na fase de cumprimento de sentença.

A propósito, colho o seguinte excerto do acórdão recorrido:

"(...) Pela lei, o pagamento da cobertura securitária devida pelo óbito se é devido ao cônjuge sobrevivente e, na sua falta, aos herdeiros legais, nos termos do artigo 4º, da Lei 6.194/74.

Se há notícia nos autos de que o *de cujus* vivia maritalmente com Rosemeire Aparecida de Souza, porém isso foi ao tempo do óbito,

e se esta não pleiteou a paga, presume-se a existência de renúncia, e assim não é dado excluir a mãe.

A questão deve ser resolvida em incidente a se instaurar na fase de cumprimento de sentença, quando será promovida a citação da companheira do morto. Em tal ocasião, se decidirá sobre quem deve receber a respectiva indenização, a qual, que é sempre devida só pelo fato do óbito, e assim pode ser postulada pela mãe, se inexistir outro concorrente com preferência, no caso parecendo inexistir, se o óbito ocorreu em 1.992." (fls. 168/169) - g.n.

Portanto, o Tribunal de origem consigna que dada a inércia de quem legitimado em primeiro lugar a pleitear a indenização, está reconhecido o direito dos demais legitimados - no caso, a mãe da vítima - de acordo com a gradação prevista no art. 4º da Lei n. 6.194/74.

De fato, é incontroverso nos autos que, em 1992 (data do óbito decorrente de acidente de trânsito), o *de cujus* mantinha uma união estável com ROSEMEIRE APARECIDA DE SOUZA, que não ajuizou ação postulando a devida indenização securitária obrigatória.

Os artigos 3º e 4º da Lei 6.194/74 (com a redação vigente à época), assim preceituavam:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

a. 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no País - no caso de morte;

Art. 4º **A indenização no caso de morte será paga, na constância do casamento ao cônjuge sobrevivente; na sua falta, aos herdeiros legais.** Nos demais casos o pagamento será feito diretamente à vítima na forma que dispuser o Conselho Nacional de Seguros Privados.

§ 1º **Para fins deste artigo, a companheira será equiparada à esposa**, nos casos admitidos pela Lei Previdenciária; o companheiro será equiparado ao esposo quanto tiver com a vítima convivência marital atual por mais de cinco anos, ou, convivendo com ela, do convívio tiver filhos. (g.n.)

Na forma do texto legal, a comprovação da união estável com a vítima do acidente é suficiente para que a **companheira** faça jus ao pagamento do valor integral da indenização decorrente do seguro DPVAT.

De acordo com a parte final do art. 4º supracitado, na falta da companheira, cabe aos herdeiros legais pleitear o direito indenizatório em questão.

Assim, nos acidentes ocorridos anteriormente a 29/12/2006 - tal qual a hipótese em análise, em que o óbito ocorreu em 1992 - o cônjuge ou o companheiro eram os beneficiários e detinham o direito integral à indenização referente ao seguro DPVAT. Porém, na sua falta os herdeiros legais também estariam legitimados.

Nesse sentido, confira-se o precedente desta Corte:

Seguro obrigatório. Acidente de trânsito. Lei nº 6.194/74.

1. O companheiro, que com a vítima teve filhos, equipara-se ao esposo e tem direito a postular em Juízo o recebimento do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, a teor do art. 4º da Lei nº 6.194/74.

2. Recurso especial conhecido e provido.

(REsp 218.508/GO, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/05/2000, DJ 26/06/2000, p. 161)

Por sua pertinência ao debate, transcrevo o seguinte excerto do paradigma mencionado:

"(...) A meu sentir tem toda razão a recorrente.

O Acórdão embora afirmando que a sentença aceitou como prova da união estável documento fornecido pelo apelado, de modo unilateral, não deixou de reconhecer que a certidão de óbito indica a convivência marital com prole 9...)

Não creio que a interpretação do Acórdão recorrido esteja de acordo com a disciplina positiva da espécie. **O art. 4º da Lei 6.194 comanda no caput que "a indenização no caso de morte será paga na constância do casamento, ao cônjuge sobrevivente, na sua falta, aos herdeiros legais".** E no parágrafo primeiro estabelece que a *"companheira será equiparada à esposa, nos casos admitidos pela Lei Previdenciária: o companheiro será equiparado ao esposo quando tiver com a vítima convivência marital atual por mais de 5 (cinco) anos, ou convivendo com ela, do convívio tiver filhos"*

É fácil verificar que a Lei especial de regência deu ao companheiro, se existentes filhos, o direito ao recebimento do seguro, equiparado que está ao esposo, sendo que o pagamento aos herdeiros legais somente ocorreria no caso de falta deste. Veja-se que o legislador acentuou essa legitimidade ainda mais quando determinou no § 2º que havendo beneficiários incapazes o seguro será pago em nome de quem detiver o encargo de sua guarda sustento ou despesas, conforme dispuser alvará judicial. Ora, nesse feito, não há dúvida alguma que o autor teve filhos com a vítima, não havendo sustentação para uma interpretação restritiva, que não é compatível com o cenário que a própria Lei desenhou para o pagamento do seguro obrigatório." - g.n.

É de se dizer, a lei não excluiu a legitimidade da mãe. Apenas estabeleceu uma ordem de preferência, na qual o direito do cônjuge ou companheiro precede o dos demais herdeiros legais. Todavia, caso não exercido a tempo e modo o direito do que prefere, estarão os demais vocacionados hereditariamente plenamente legitimados a pleitear a indenização do seguro.

Portanto, a Corte Estadual registra a legitimidade da mãe do *de cujus* para figurar no pólo ativo da presente ação de cobrança de indenização do seguro DPVAT, já que quem detinha a preferência - no caso, a companheira do morto - quedou-se inerte, gerando uma presunção de "renúncia".

A reforma do acórdão recorrido, neste aspecto, demanda inegável necessidade de reexame do acervo fático-probatório dos autos, intento inviável de ser alçado em sede de recurso especial, ante o óbice da Súmula 7 desta Corte.

4. Ainda que assim não fosse, o acórdão recorrido consigna a existência de "**presunção de renúncia**", já que a companheira do falecido não exerceu seu direito a tempo e a modo, estando, nestas circunstâncias, legitimada a genitora a pleitear a indenização do seguro DPVAT.

Todavia, em seu recurso especial, a seguradora não combate este fundamento do *decisum*, isto é, a presunção de renúncia. Sequer questiona se seria possível a renúncia tácita ao direito abordado nos autos. Na verdade, limita-se a insistir na tese de que apenas o cônjuge supérstite seria legitimado para demandar a indenização do seguro.

Sendo assim, o especial se mostra inviável, pela existência de fundamento não atacado, capaz de manter por si só o aresto impugnado (Súmula 283/STF).

Nesse sentido, confira-se:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO NÃO INTERPOSTO. SÚMULA 126/STJ. IMPUGNAÇÃO. FUNDAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 283/STF.

I – (...)

II - Ausência de impugnação a fundamento por si só suficiente para manter o acórdão recorrido. Incidência da Súmula 283 do Supremo Tribunal Federal. Agravo regimental improvido. (AgRg no Ag 565.369/SP, Rel. Ministro PAULO FURTADO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/BA), TERCEIRA TURMA, DJe 22/04/2009) - g.n.

5. Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator